



POR ELIZABETH DE CARVALHAES,
PRESIDENTE EXECUTIVA DA ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE CELULOSE E PAPEL (BRACELPA).
✉: FALECONOSCO@BRACELPA.ORG.BR

O SETOR E O PRIMEIRO PLANO DE MANEJO DE APA EM SÃO PAULO

Em fevereiro, foi aprovado pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema) o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA), que abrange o perímetro de Botucatu, Corumbataí e Tejuapá. Esse é o primeiro Plano de Manejo de uma APA aprovado no Estado de São Paulo.

A relevância do fato está no esforço feito pelo setor produtivo, por meio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e das associações coletivas, incluindo a Bracelpa e a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), para reverter o quadro que se apresentava até a aprovação do Plano, bastante restritivo à produção florestal e agrícola na região. As principais restrições referiam-se ao uso de agrotóxicos e variedades transgênicas. Graças a essa atuação, o setor produtivo teve seu pleito atendido, sendo o Plano de Manejo votado com vetos aos temas considerados contraditórios.

Não se trata de ser contra as regras para uso de Áreas de Proteção Ambiental. Ao contrário, é consenso entre as entidades que um Plano de Manejo é um instrumento importante para uma produção sustentável, desde que alie preservação com desenvolvimento socioeconômico.

Por esse motivo, respaldada pelos argumentos técnicos das empresas associadas e de pesquisadores, a Bracelpa procurou a Secretaria do Meio Ambiente do Estado, a fim de propor uma melhor avaliação multidisciplinar e intersetorial do plano, a ser feita em parceria com a sociedade civil e o setor produtivo. Do ponto de vista do setor, alguns dispositivos, como as restrições à utilização de defensivos agrícolas, à aplicação de defensivo por vias aéreas e à implementação de infraestrutura, eram questionáveis e careciam de melhor fundamentação técnica, pois poderiam causar sérios impactos e limitações ao setor produtivo agrícola e florestal, assim como ao desenvolvimento da região.

Outra questão relevante dizia respeito à proibição ao cultivo de toda e qualquer variedade de organismos geneticamente modificados, pois o Plano não trazia justificativa técnica a respeito e não fazia menção à Lei Federal de Biossegurança n.º 11.105/05, o que torna a restrição juridicamente questionável.

O mérito da Comissão Temática de Biodiversidade, Florestas, Parques e Áreas Protegidas do Consema no desenvolvimento do Plano de Manejo da APA de Botucatu é inegável, sobretudo porque desde sua criação, em 1983, essa área ainda não tem um plano definido.

Com a concordância de Bruno Covas, secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, o Plano de Manejo foi aprovado, o que garante a continuidade do processo de preservação da APA. Por outro lado, os temas vetados voltarão a ser discutidos por um grupo de trabalho composto por representantes da Bracelpa, Unica, Fiesp, pesquisadores e ONGs, entre outros. Esse grupo de trabalho será estabelecido após decreto de Geraldo Alckmin, governador do Estado.

A importância de toda essa negociação e o diálogo do setor com o governo paulista vai além das fronteiras estaduais, sobretudo por se tratar do primeiro Plano de Manejo de APA e por acabar servindo, possivelmente, de exemplo para outros Estados, considerando o contexto local.

O desafio de conciliar interesses diversos em casos como esse deve sempre levar em conta o objetivo comum de produzir mais alimentos, energia limpa, bens de consumo (para citar somente alguns) sem exaurir os recursos naturais. Buscar cada vez mais alternativas e tecnologias, em prazos factíveis e viáveis, visando à proteção e à recuperação ambiental e dos fragmentos existentes: esse é o caminho que o setor de base florestal plantada quer trilhar conjuntamente com autoridades e entidades parceiras. ■